

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.499 - PA (2019/0292327-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : FERNANDO FERREIRA ROSA FILHO (PRESO)
ADVOGADOS : ANGELO SOUSA LIMA - PA026226
CÂNDIDO LIMA JÚNIOR - PA025926
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FERNANDO FERREIRA ROSA FILHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Pará, no julgamento do HC n. 0806612-90.2019.8.14.0000.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que perante esta Corte foi impetrado o HC 534.906/PA, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Assim, observa-se que neste recurso tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado reclamo, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do remédio constitucional em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL A FAVOR DO PACIENTE. NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO ATO COATOR EM PERSPECTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA E MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Está obstaculizado o conhecimento deste mandamus por reiteração de pedidos, pois a presente impetração traz requerimento idêntico ao formulado nos autos do HC n. 416.553/DF, já com trânsito em julgado certificado naqueles autos, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Agravo em Execução n. 0012842-50.2017.8.07.0000.

2. A virada de jurisprudência a favor do paciente deve ser levada à nova apreciação do Tribunal de origem para que se possa entender nesta Corte pela existência de novo ato coator.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no HC 456.149/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 02/10/2018, grifou-se)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DO QUE JÁ DECIDIDO EM RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Versando o habeas corpus mera reiteração do que já devidamente decidido em recurso ordinário interposto pelo ora paciente, na mesma causa, é de rigor o indeferimento liminar da

Superior Tribunal de Justiça

inicial do writ.

2 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 414.705/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

